

Artigos

O papel do turismo nas transformações espaciais no litoral da região metropolitana de salvador: o caso de Mata de São João

The role of tourism in space transformations in the coast of the metropolitan region of Salvador: the case of Mata de São João

El papel del turismo en las transformaciones espaciales en la costa de la región metropolitana de Salvador: El caso de Mata de São João

Mariana de Oliveira Santana¹; Maina Pirajá Silva¹; Dante Severo Guidice¹

¹Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, Bahia, Brasil.

Palavras-chave:

Produção do espaço.
Mata de São João.
Atividades imobiliárias turísticas.
Hospedagem.
Desenvolvimento turístico.

Keywords:

Space production.
Mata de São João.
Tourist real estate activities.
Accommodation.
Tourism developmen

Resumo

A borda atlântica da Região Metropolitana de Salvador (RMS), Bahia, sofreu e vem sofrendo grandes transformações, sobretudo nas últimas décadas, reflexo das atividades imobiliárias e turísticas que estão em crescente ascensão e são os principais fomentadores desta área. Nesse contexto, o objetivo central da pesquisa foi analisar como ocorreu o processo de produção do espaço neste litoral, mediante o turismo, e sobre quais foram os principais elementos que influenciaram essa produção, utilizando como estudo de caso o município de Mata de São João. Em relação aos aspectos conceituais e metodológicos, o trabalho fundamenta-se nos conceitos de espaço e turismo, e foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa, por meio dos métodos de procedimentos monográfico-descritivo e histórico, bem como análises através de observação direta in loco. Os resultados evidenciaram que as áreas urbanas isoladas, Praia do Forte, Imbassaí e Sauípe foram as mais afetadas pelas atividades turísticas e, conseqüentemente, sofreram profundas mudanças sócio-espaciais. Isto ocorreu, principalmente, por causa da construção da BA-099, além de outras infraestruturas criadas pelo Estado.

Abstract

The Atlantic coast of the Salvador Metropolitan Region (RMS), Bahia, has undergone, and still is undergoing, major transformations, especially in recent decades, reflecting the growing of real estate and tourism activities that are the main promoters of this area. Given the background, the main objective of this study was to analyze how the process of space production occurred on this coast, through tourism, and what were the main elements that influenced this production, using as a case study the municipality of Mata de São João. Regarding the conceptual and methodological aspects, the work is based on the concepts of space and tourism, and was developed in a qualitative approach, through the methods of monographic-descriptive and historical procedures, as well as in situ observation. The results showed that isolated urban areas, Praia do Forte, Imbassaí, and Sauípe were the most affected by tourist activities and, consequently, underwent profound socio-spatial changes.

This was mainly due to the construction of the BA-099 highway, as well as other state-built infrastructure.

Palabras clave:

Producción espacial.
Mata de São João.
Actividades inmobiliarias turísticas.
Hospedaje.
Desarrollo turístico.

Revisado por pares.
Recebido em: 25/11/2019.
Aprovado em: 03/02/2020.



Resumen

La frontera atlántica de la Región Metropolitana de Salvador (RMS), Bahía, ha sufrido y ha sufrido grandes transformaciones, especialmente en las últimas décadas, reflejando las crecientes actividades inmobiliarias y turísticas que son los principales promotores de esta área. En este contexto, el objetivo principal de la investigación fue analizar cómo se produjo el proceso de producción espacial en esta costa, a través del turismo, y cuáles fueron los principales elementos que influyeron en esta producción, utilizando como caso de estudio el municipio de Mata de São João. En cuanto a los aspectos conceptuales y metodológicos, el trabajo se basa en los conceptos de espacio y turismo, y se desarrolló en un enfoque cualitativo, a través de los métodos de procedimientos monográficos descriptivos e históricos, así como el análisis a través de la observación directa in loco. Los resultados mostraron que las áreas urbanas aisladas, Praia do Forte, Imbassaí y Sauípe fueron las más afectadas por las actividades turísticas y, en consecuencia, sufrieron profundos cambios socio-espaciales. Esto se debió principalmente a la construcción de BA-099, así como a otra infraestructura creada por el estado.

Como citar: Santana, M. D. O.; Silva, M. P.; Guidice, D. S. (2020). O papel do turismo nas transformações espaciais no litoral da região metropolitana de salvador: o caso de mata de São João. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 14 (3), p. 68-88, set./dez. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.1900>

1 INTRODUÇÃO

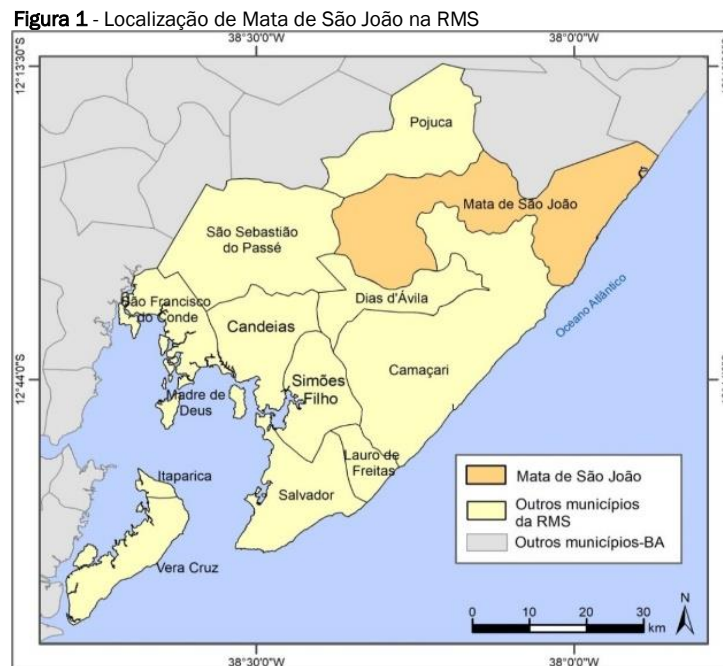
Nas últimas décadas, as atividades turísticas vêm crescendo de maneira exponencial no Brasil, sobretudo na região Nordeste, por causa de suas potencialidades paisagísticas. Porém, esse crescimento, que está atrelado a projetos e programas de desenvolvimento federais, estaduais e municipais (Programa de Aceleração do Crescimento; Programa de Desenvolvimento do Turismo; Programa de Regionalização do Turismo; Programa de Acessibilidade Aérea, Terrestre Marítima e Fluvial; Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro e outros), ocasionou transformações aceleradas e profundas, tanto em termos espaciais como sociais, demográficos, culturais, econômicos, políticos e ambientais. Com ênfase, de acordo com Cruz (2002), esta é uma das atividades econômicas modernas que mais “consome” espaços.

Consequentemente, os fluxos de capitais e pessoas geram implicações no que diz respeito à produção de espaços que são pensados para atender às necessidades dos visitantes, especificamente localidades onde a principal fonte de renda advém da atividade turística. Assim, o turismo, que é multifacetado (Sivieiro, 2006) e fruto das relações sociais, cria novas conformações geográficas complexas, territorializando e desterritorializando, para dar lugar às segundas residências, os resorts, pousadas, flats, hotéis, restaurantes e demais equipamentos turísticos.

Nesse sentido, a produção de espaços mediante a atividade turística, enquanto alternativa de desenvolvimento, pode ser evidenciada em todo o litoral da Região Metropolitana de Salvador e com destaque para Mata de São João, município que mais vem sofrendo transformações sócio-espaciais¹ na região, inclusive em áreas protegidas (Machado, 2008; Faria, 2013; Silva, 2013; Magalhães, 2015). Com ênfase, segundo o Observatório de Turismo da Bahia, em 2011, Mata de São João foi o terceiro município baiano a receber o maior fluxo internacional de turistas. A proximidade com a capital Salvador, atrelada à infraestrutura existente, são fatores que contribuem para esse dado (Bahia, 2011).

Diante desse contexto, o objetivo central deste trabalho é analisar como ocorreu a produção do espaço na borda atlântica da Região Metropolitana de Salvador (RMS) tendo como enfoque o turismo, estudando o caso do município de Mata de São João (Figura 1), em uma análise temporal e espacial.

¹ Alguns autores, sobretudo da ciência geográfica, como Marcelo Lopes de Souza, entendem que “[...] existe a possibilidade de dupla grafia – [...] “socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço [social], simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade).” (Souza, 2009, p. 24-25).



Fonte: Os autores (2019).

Com finalidade de sistematizar a pesquisa, o presente artigo está dividido em seis seções — além da introdução (primeira seção), a segunda traz os aspectos conceituais que norteiam o trabalho; a terceira descreve a metodologia; a quarta apresenta o processo de expansão urbana e turística no litoral atlântico da Região Metropolitana de Salvador; a quinta seção desenvolve uma análise da produção do espaço através das atividades turísticas em Mata de São João, refletindo sobre os processos, agentes e práticas espaciais; e, por fim, a sexta seção finaliza com algumas considerações acerca do estudo, ponderando sobre o papel do turismo nas transformações espaciais no litoral de Mata de São João.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS PARA COMPREENSÃO DO ESPAÇO E DO TURISMO

No que tange aos aspectos que fundamentam a pesquisa, dois conceitos-chave se destacam: espaço e turismo, por entender que estes contribuem para explicar a produção do espaço mediante as atividades turísticas no litoral da Região Metropolitana de Salvador, sobretudo no litoral de Mata de São João.

Em relação ao conceito de espaço geográfico, Santos (1978, p. 122) o considera como o “[...] conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.” É o produto de relações sociais, concebido por intermédio de relações de poder, que ao longo dos anos pode ter tanto sua forma como sua função modificada. É um campo de forças cuja aceleração é desigual e sua produção não se faz de forma idêntica em todos os lugares (Santos 1978), já que cada espaço tem sua própria cultura e costumes. Ainda segundo Santos (2008, p. 46):

[O espaço é] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente.

Outro autor que merece destaque no entendimento do espaço geográfico é Corrêa (2000, p. 36), que destaca que o espaço é produzido por diferentes agentes sociais. Vale ressaltar que a produção do espaço, por esses agentes, está condicionada às relações de trabalho.

A configuração da Geografia como mundo circundante decorre do fato de que a existência humana é garantida pelo trabalho dos homens. Pelo seu trabalho, os homens transformam a natureza em objetos para consumo e para lhes aumentar a sua capacidade de trabalho. A natureza fornece o material, que o trabalho do homem transformará nos objetos com os quais satisfará a suas necessidades variadas. (Moreira, 1985, p. 68).

No espaço existem, ainda, muitas contradições que se manifestam por meio dos processos sociais e de suas respectivas formas-conteúdo, ou seja, mediante o valor de uso e do valor de troca, do centro-periferia, da totalidade e da fragmentação, da homogeneidade e da segregação, etc. As contradições do espaço geográfico não advêm de sua forma racional. Elas resultam do conteúdo prático e social e, nomeadamente, do conteúdo capitalista (Lefebvre, 2008, p. 57).

Entende-se, portanto, o espaço como um quadro histórico e uma forma social que se estabelecem através das relações sociais (Castells, 1983). Sua produção resulta da ação de agentes sociais concretos e históricos, que têm interesses e práticas dialéticas espaciais próprias (Corrêa, 2011, p. 43).

As práticas espaciais também são importantes para compreender o processo de produção e reprodução do espaço. Segundo Corrêa (2000, p. 36), estas são “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.” São classificadas em: seletividade espacial, fragmentação espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

A seletividade espacial compreende os atributos, características e aspectos que são julgados interessantes por um indivíduo (ou grupo de indivíduos) de acordo com os seus objetivos. A fragmentação acontece por distintos processos de fraturas ocorridas pela diferenciação social ou espacial e ocasionadas por diferentes agentes sociais. Nesse cenário, ressalta-se outro conceito: a segregação espacial, que é a separação (radical) da população no espaço em habitações por classes sociais ligadas à renda. Já a antecipação espacial é definida pela reserva de valor dado ao uso do solo. Por exemplo, grandes corporações empresariais, proprietários fundiários e incorporadores do setor imobiliário turístico realizam essa prática objetivando a valorização de terras (especulação imobiliária). Quanto à marginalização, consiste no valor dado a um determinado lugar, e esse valor pode variar ao longo do tempo. Acontece que razões de ordem política e econômica podem alterar a importância de tal lugar e, igualmente, marginalizá-lo. E a reprodução da região produtora ocorre quando, ao longo do tempo, uma empresa ou indústria, por exemplo, garantem condições favoráveis à sua atuação em determinado local (Corrêa, 2000).

No cerne desse contexto, o turismo, que é outro conceito fundamental deste estudo, é um forte indutor da produção do espaço. As atividades turísticas exercem forças em determinada área e a transforma, a fim de atender os objetivos dos agentes públicos e privados responsáveis pela criação da oferta turística. Então, enquanto o espaço é produto das atividades humanas, das relações sociais, o turismo é uma das atividades que contribui para a produção desse espaço.

O conceito de turismo é incessantemente discutido por estudiosos de distintas ciências em todo o mundo. Destacam-se, neste trabalho, De La Torre (1992, p. 19 apud Fonteles, 2004, p. 81), que compreende o turismo como um deslocamento voluntário e temporário de pessoas por motivos espontâneos, que na maioria das vezes gira em torno do lazer, gerando inúmeras inter-relações de importância social, econômica, política e cultural; e Coriolano (2001, p. 29), que afirma que o turismo é uma “[...] forma mais elitizada de lazer, uma modalidade do uso do tempo livre que exige viagens, deslocamentos [e, ainda] é, para alguns, um modo de vida e uma dinâmica social.” Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é:

Uma atividade humana intencional que envolve deslocamento temporário de pessoas, onde o indivíduo permanece por mais de 24 horas e menos de 1 ano fora do local de sua residência, para a realização de qualquer atividade e satisfação de qualquer necessidade, sem intenção de lucro e se utiliza de meios de transporte, hospedagem e alimentação, dentre outros. (OMT, 2001, não paginado).

Assim, na concepção da OMT, é necessário hospedar-se para ser considerado turista, isto é, um indivíduo que realiza uma migração pendular para uma cidade que se encontra a cerca de 80 km de seu ponto de origem e ali realiza atividades turísticas e contribui para a economia daquele local, mas retorna no mesmo dia, não é considerado turista.

Para este estudo, o turismo é considerado uma atividade humana que constrói e altera tanto o espaço em que se estabelece quanto a dinâmica da vida social da população que vive nesses lugares, acarretando, por vezes, impactos econômicos, demográficos e ambientais de ordem positiva e negativa. Nessa atividade, o turista é o indivíduo que alimenta essa cadeia de consumo e de produção e reprodução do espaço.

Vale ressaltar que o turismo não é um fenômeno novo. Segundo Holloway (1994), a título de exemplo, antigas civilizações já realizavam festivais religiosos, de arte, etc. durante dias ou semanas, como forma de atrair consumidores de outras cidades. No Império Romano já existiam segundas residências, para o lazer e recreação da elite, utilizadas principalmente na primavera (Ramos e Costa, 2017). Todavia, “[...] embora comecem a se organizar em meados do século XIX, só a partir [do século XX] os serviços turísticos se consolidam como fenômeno bastante significativo” (Fonteles, 2004, p. 87), sobretudo no período pós-Segunda Guerra Mundial, emergindo, assim, o chamado “turismo de massa”, por consequência de determinados processos econômicos e políticos em escala global – globalização, reestruturação produtiva, neoliberalismo – e nacional – redemocratização política, ampliação das responsabilidades aos municípios e ações e programas visando o desenvolvimento econômico, infraestrutura e serviços públicos.

Por conseguinte, na esfera política, o turismo passa a ser entendido e disseminado estrategicamente como uma atividade econômica basilar no processo de desenvolvimento local e/ou regional, com destaque para os países em desenvolvimento. Deste modo, agentes do mercado turístico (nacional e internacional) começaram a construir diversos equipamentos turísticos de médio e grande porte, atraídos pelas possibilidades de rentabilidade; de exploração de recursos naturais muitas vezes abundantes e ainda não explorados, e atrativos culturais; isenções fiscais; de financiamento público; dos baixos custos dos terrenos; flexibilização das leis ambiental e trabalhista; mão de obra barata e desorganizada; entre outros (Lopes, Tinôco e Araújo, 2012).

Nesse ínterim, um diversificado leque de organizações internacionais – Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Grupo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – é responsável por fomentar e financiar ações e programas que vão orientar o planejamento e gestão da atividade turística.

No Brasil, entre as ações e programas, destacam-se a Divisão de Turismo, a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), o Conselho Nacional de Turismo (CNT), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), o Ministério do Turismo (MTUR), o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE, I e II), os Planos Nacionais de Turismo (2003-2007, 2007-2010, 2013-2016 e 2018-2022) e o Programa de Aceleração do Crescimento.

Por outro lado, os discursos dos governantes e de empresários de que as atividades turísticas são a grande alternativa para o desenvolvimento ou crescimento de determinadas regiões, com vistas à geração de emprego e aumento da renda, normalmente também não trazem as subversões e as contradições resultantes destas atividades, como a mercantilização da paisagem, os impactos socioambientais, a fragmentação espacial e a segregação sócio-espacial. Conforme García (2005, p. 47):

El turismo [también] repercute negativamente en el desarrollo: desvía recursos sociales para invertir en infraestructura turística, sustrae mano de obra y acaba con la producción agrícola, concentra los beneficios en la comunidad empresarial y oligárquica, altera el valor de la tierra y propicia la especulación inmobiliaria, impone un valor comercial a cualquier objeto de arte o de antigüedad, mercantiliza la cultura, distorsiona la realidad con imágenes engañosas, amenaza el estilo de vida ingenuo de los nativos, trastoca los nexos morales de las comunidades anfitrionas y los convierte en nexos monetarios (particularmente con las relaciones sexuales y las tradicionales hospitalarias) y es claramente conservacionista al mantener el status quo para proteger la seguridad física del turista y financiera de las inversiones.

A região Nordeste do país, um dos mais importantes vetores de expansão turística “sol e mar”, vem sofrendo, nas últimas décadas, grandes transformações sócio-espaciais com o surgimento e concentração de megaempreendimentos hoteleiros e equipamentos turísticos de capital nacional e internacional. Consequentemente, suas paisagens têm sido, muitas vezes, associadas a mercadorias passíveis de serem vendidas e comercializadas pelos agentes do mercado turístico. Desse modo, esses agentes, articulados com o governo, direcionam o planejamento da cidade priorizando novas demandas espaciais de atendimento aos turistas, deixando de lado os interesses da população local. Em muitos casos, o espaço, turistificado, também se distancia do espaço vivido, tirando dos lugares sua identidade e história, tornando-os um não-lugar.

Assim, toda essa conjuntura analisada trouxe um importante leque de informações para que os objetivos do presente trabalho fossem alcançados – analisar como ocorreu o processo de produção do espaço pelo turismo e quais foram os principais elementos que influenciaram essa produção, em um litoral nordestino, a Região Metropolitana de Salvador e em um estudo de caso do município de Mata de São João.

Ressalta-se, ademais, que existem vários trabalhos sobre tais questões no Brasil e no mundo, mas ainda é algo um pouco tímido em relação à zona costeira baiana. Destacamos, a seguir, algumas pesquisas relevantes que serviram de base para o trabalho, segundo cinco principais assuntos, e que podem também referenciar outros trabalhos.

- i. Turismo e transformações sócio-espacial. Nicolás (2001) destaca as principais características espaciais do turismo, enfocando a influência dos turistas na produção do espaço; Barbosa (2005) foca seus estudos sobre o turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional; Santos (2007) traz a evolução do turismo e sua relação na produção e consumo de espaços; Alves (2009) analisa o papel do residente na produção do espaço turístico de Natal, Rio Grande do Norte, inserindo-o como agente produtor desse espaço; Gastal e Dall’Agnol (2012) avaliam a posição dos moradores locais sobre os efeitos do turismo em Laguna, Santa Catarina; Sharma e Dyer (2012) investigam os impactos do turismo na Sunshine Coast, Queensland, Austrália; Silva (2012) trabalha com o papel do turismo na produção do espaço, destacando algumas peculiaridades e características sócio-espaciais para entender essa questão; Souza, Bahl e Kushano (2013) consideram as atividades turísticas e suas influências na produção, apropriação e transformação do espaço social; Hall e Page (2003) analisam a relação entre o turismo e lazer e as transformações espaciais, e citam diversos estudos de caso internacionais sobre a Europa, América do Norte, Austrália e China; e Rabahy (2019) traz uma síntese da atividade turística no Brasil, a importância do turismo doméstico, as oportunidades existentes no turismo receptivo internacional e os impactos do turismo na distribuição regional de renda.
- ii. Políticas públicas sobre turismo. Becker (2001) descreve o surgimento das instituições responsáveis pela promoção da atividade turística no país; Mattedi (2001) organiza informações relativas ao planejamento e gestão do turismo e suas relações com o meio ambiente no Estado da Bahia e traz uma análise sobre a criação da APA Litoral Norte da Bahia; Cruz (2002) examina as possibilidades e limites dos processos de reordenamento de territórios movidos pelo turismo, tomando por base as políticas públicas do setor; Souza, Noia e Pinheiro (2016) analisam a evolução das políticas públicas de turismo no Estado da Bahia, fazendo um paralelo com a evolução das políticas públicas nacionais; e Queiroz (2016) avalia as implicações dos investimentos do PRODETUR/NE no processo de produção do espaço em Imbassaí (Mata de São João - BA).
- iii. Organização espacial e crescimento de residências secundárias. Martínez (2003) analisa o crescimento de segundas residências em diversas áreas na Espanha, bem como sua distribuição e organização espacial e os consequentes impactos territoriais; Fernandez (2003) também traz um estudo sobre as segundas residências na Espanha, dando ênfase aos problemas decorrentes desse fenômeno; Silva, Silva e Carvalho (2009) analisam o impacto da globalização para o crescimento das residências secundárias em Salvador e no Litoral Norte do Estado da Bahia; Valença (2015) discute a questão da apropriação mercadológica da natureza na produção espacial por intermédio do mercado imobiliário que atende o turismo em Gravatá, Pernambuco; Gomes, Pinto e Almeida (2017) estudam a percepção dos gestores públicos quanto ao turismo residencial no Algarve, Portugal; e Larsson (2019) pondera sobre as diferentes visões dos agentes públicos e privados em relação ao turismo de segunda residência no oeste da Suécia.
- iv. Impactos sócio-espaciais relativos à implantação de empreendimentos e equipamentos turísticos na região Nordeste do país. Coriolano (2001) debate os pressupostos para o desenvolvimento de um turismo sustentável, com enfoque no litoral cearense; Souza Júnior e Ito (2005) trazem uma análise da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa, Paraíba; Coriolano, Barbosa e Sampaio (2010) trabalham a relação entre o veraneio, o turismo e a especulação imobiliária em Porto das Dunas, Ceará; Silva (2013)

analisa as políticas públicas e o mercado imobiliário turístico e suas implicações na produção do espaço litorâneo em metrópoles nordestinas; e Souza, Matias e Selva (2016) compreendem o processo de desenvolvimento da atividade turística imobiliária na costa nordestina.

- v. Estudos sobre atividades turísticas no Litoral Norte do Estado da Bahia. Mattedi (2002) apresenta um diagnóstico socioambiental da APA Litoral Norte da Bahia, nas porções correspondentes aos municípios de Mata de São João e Entre Rios; Machado (2008) apresenta um estudo de caso sobre conflitos na produção do espaço pelo turismo no Complexo Turístico-Hoteleiro Reserva Imbassaí; Muricy (2010) analisa a trajetória do desenvolvimento de atividades turísticas no Litoral Norte da Bahia; Faria (2013) trabalha as contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João; e Magalhães (2015) busca compreender como se desenvolve e o que motiva a reprodução da fragmentação espacial e da segregação sócio-espacial no processo de urbanização ao longo da rodovia BA-099.

3 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, o estudo possui uma abordagem qualitativa e foi desenvolvido por meio do método monográfico-descritivo, utilizando como base as discussões sobre a produção do espaço geográfico através do turismo, em um estudo de caso em Mata de São João. Além disso, foi empregado o método histórico, com objetivo de trazer análises de fatos e fenômenos que expliquem a realidade atual.

Para a execução da pesquisa, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

- Levantamentos bibliográficos – artigos, livros, dissertações e teses. A investigação foi realizada utilizando palavras-chave, como: produção do espaço geográfico; uso e ocupação do solo no Litoral Norte do Estado da Bahia; Região Metropolitana de Salvador; Turismo; e Mata de São João. Este levantamento levou à pré-seleção de mais de 90 documentos.
- Leitura e fichamento dos documentos pré-selecionados.
- Coleta de dados, para diferentes períodos, no *site* do Ministério do Turismo, referentes ao número de unidades de hospedagem, tipos de hospedagem e localização dos empreendimentos.
- Levantamento de dados demográficos e econômicos da área de estudo no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Levantamento de imagens de satélite no Google Earth Pro, feitas nos anos de 2005, 2018 e 2019.
- Observação direta no litoral do município de Mata de São João, com o intuito de fazer uma triangulação na coleta de dados e examinar o objeto de pesquisa sob múltiplas perspectivas.
- Agrupamentos e construção de um banco de dados.
- Análise crítica dos dados coletados.
- Construção de gráficos, tabela e mapas de análise que permitem representar e sintetizar os resultados da pesquisa.
- Redação do artigo.

4 O LITORAL ATLÂNTICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: PROCESSOS DE EXPANSÃO URBANA E TURÍSTICA

Historicamente, o processo de expansão urbana no país ocorreu de maneira rápida e concentrada na faixa litorânea, sobretudo em algumas cidades como Salvador, que foi capital do Brasil. Em 1872, por exemplo, Salvador concentrava 129.109 habitantes, ficando apenas atrás do Rio de Janeiro, segundo o IBGE (2010d). Porém, essa população estava concentrada no centro da cidade, ou seja, em direção oeste, especialmente próximo às bordas da Baía de Todos-os-Santos.

Por outro lado, na faixa litorânea atlântica, a expansão de Salvador sempre esteve ligada ao veraneio (turismo), ou seja, na construção de segundas residências, que são alojamentos turísticos de uso ocasional para o lazer e recreação, comumente utilizados em períodos de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que isso também ocorreu na Ilha de Itaparica, principalmente após a implantação do ferry boat, em 1970.

O hábito do veraneio à beira-mar, no Brasil, foi trazido pela família real portuguesa. A princípio, foi utilizado com fins terapêuticos com vista à proteção de doenças ocasionadas pelas precárias condições sanitárias e, em seguida, como lazer e recreação. Segundo Becker (1995), o uso se intensificou com a consolidação da indústria automobilística e pela ascensão do rodoviarismo, na segunda metade do século XX.

No cerne desse contexto, Silva, Silva e Carvalho, em sua obra intitulada “Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência”, de 2009, adaptaram um modelo criado por Lundgren, em 1974, no Canadá, que destacava as transformações ocorridas nas relações espaciais entre as residências secundárias e metrópoles. Nesta adaptação, os autores trabalharam com Salvador e encontraram quatro fases importantes de mudanças espaciais envolvendo essa relação. O modelo pode ser evidenciado na Figura 2.

Analisando o modelo e de acordo com suas apreciações, Silva, Silva e Carvalho (2009, p. 11-12) identificaram que, nas fases I e II, a mancha urbana de Salvador, concentrada no centro da cidade, começou a expandir-se no litoral. Isso por causa da implantação, em 1897, das linhas de bonde e, em 1920, pelo início de loteamentos de segundas residências no Rio Vermelho e Amaralina. Após a construção da estrada Amaralina-Itapuã, em 1949, a ocupação litorânea foi avançando em direção norte. As antigas residências secundárias passaram a ser primárias e outras novas residências secundárias vão surgindo até Itapuã (Fase III). Na década de 1970, já em Lauro de Freitas, município limítrofe a Salvador, alguns loteamentos de uso ocasional, como Vilas do Atlântico, eram especialmente voltados a esse tipo de ocupação, facilitado pela inserção da Avenida Paralela e Avenida Octávio Mangabeira. Com o grande dinamismo da metrópole Salvador, sua expansão urbana abrange Lauro de Freitas (Fase IV), processo conhecido como conurbação, absorvendo, assim, as residências de uso ocasional. Hoje, a expansão urbana de Salvador chega ao município de Camaçari, envolvendo áreas urbanas como Busca Vida, no distrito de Abrantes, divisa com Lauro de Freitas.

Em contrapartida, outras áreas do Litoral Norte do Estado mantiveram-se pouco acessíveis até meados do século XX, pela falta de rodovias. Seu acesso se dava, principalmente, por meio de balsa pelo rio Pojuca. De acordo com Machado (2008, p. 42):

[...] o modo de ocupação desta região era baseado no latifúndio constituído pelo processo de arrendamento de terras [...], refletindo uma ocupação baseada na grande propriedade. Esta ocupava a região numa organização [sócio-espacial] esparsa, tendo como sustentáculo a economia de subsistência. Os latifúndios coexistiam com as atividades desenvolvidas por meeiros, como a pesca, a agricultura de subsistência ou para ser comercializada nas feiras locais, o extrativismo, o artesanato e de um pequeno comércio que contribuía para suprir as demandas internas.

As mudanças ocupacionais mais significativas no Litoral Norte são observadas com a chegada do empreendedor Sigisfred Sigismundo Schindler, do coronel Otacílio Nunes de Souza e de Garcia D’Ávila, que concentravam grandes extensões de terras na região e exerciam atividades extrativistas e/ou de pecuária extensiva. Além desses, a Construtora Norberto Odebrecht também se caracteriza como grande latifundiária, uma vez que, em uma negociação com o governo do Estado, adquiriu, no final da década de 1940, cerca de 1.700 ha de terras em Mata de São João e Entre Rios (Faria, 2013), local onde, em 1997, seria construído o Complexo Turístico Sauípe.

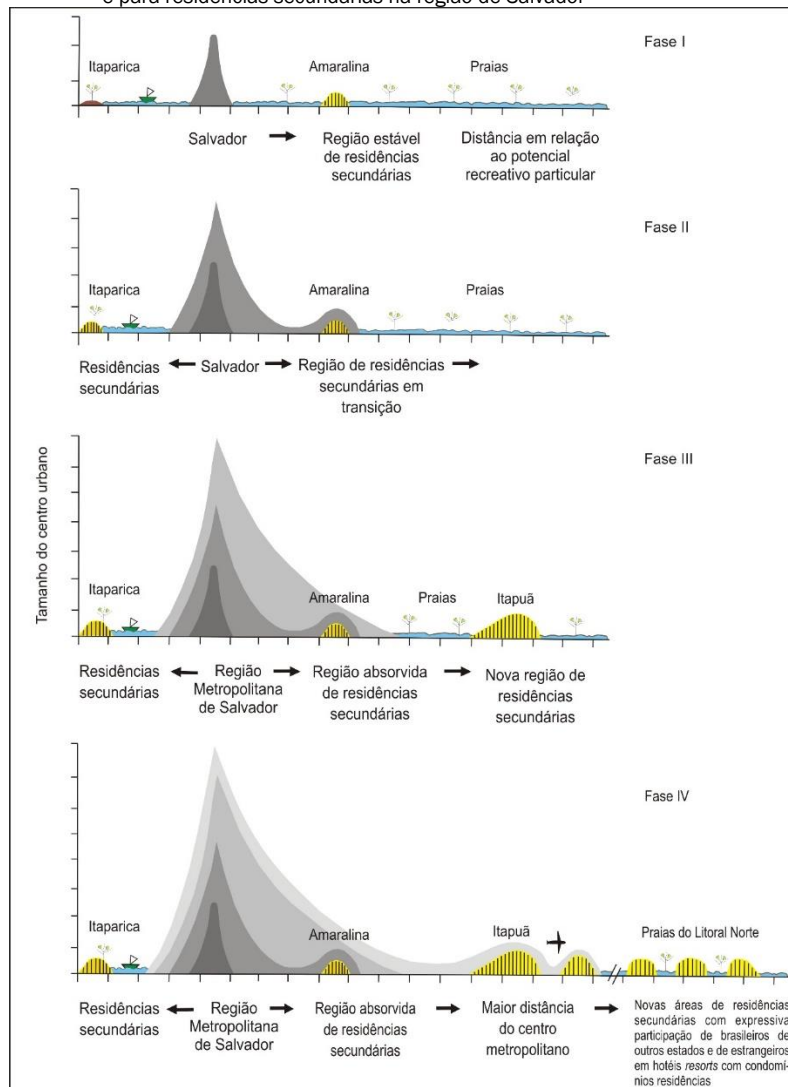
Na década de 1950, ainda ocorreu a abertura da exploração de petróleo nessa região e, com sua posterior decadência, na década de 1970, foram introduzidas as culturas de pinheiro e eucalipto para a produção de celulose e carvão vegetal (Faria, 2013). Grandes empresas reflorestadoras se instalaram no local, ocupando grandes áreas, com o apoio do governo, que lhes concedeu vantajosos subsídios. Em decorrência disso, pequenos proprietários foram expulsos ou receberam indenizações irrisórias por suas propriedades. Em muitos casos, essa população passou a viver na periferia das cidades do Litoral Norte (Machado, 2008).

A construção da rodovia BA-099 (Estrada do Coko), na década de 1970, que vai de Salvador até Praia do Forte, em Mata de São João, e mais tarde com sua ampliação, na década de 1990 (Linha Verde), ligando o

Estado da Bahia (trecho Praia do Forte a Mangue Seco) ao Estado de Sergipe, possibilitou e influenciou a ocupação do litoral metropolitano e norte do Estado (fase IV do modelo anteriormente citado), constituindo, assim, um novo vetor de expansão urbana e de desenvolvimento. Conseqüentemente, foi intensificado o processo de parcelamento de terra na região para uso residencial ocasional de veraneio (segundas residências) de famílias de renda média e alta provindas, principalmente, de Salvador, e estrangeiros, e desencadeou o desenvolvimento de atividades turísticas, com construções de hotéis, flats, pousadas e grandes resorts (megaempreendimentos) (Machado, 2008; Magalhães, 2015). Por conseguinte, segundo Magalhães (2015, p. 24):

[...] muitas famílias que viviam há gerações nestas terras, [notadamente] cultivando o coco-da-baía no litoral, frutas e produtos da agricultura familiar e pequena criação de animais [...], foram expulsas pelos novos proprietários ou transferidas mediante indenizações irrisórias. [...] Grande parte da população local foi forçada a se adaptar às novas circunstâncias impostas pela crescente demanda turística, nos bares, restaurantes, hotéis e pousadas, seja através do pequeno comércio, na construção civil ou na condição de assalariados diretos dos novos habitantes, como jardineiros, caseiro e empregados domésticos.

Figura 2 – Modelo modificado e ampliado de Lundgren para a expansão urbana e para residências secundárias na região de Salvador



Fonte: Silva, Silva e Carvalho (2009, p. 13).

Ressaltam-se, ainda, os projetos Tamar, criado em 1980, e o Instituto Baleia Jubarte, instituído em 1988, ambos localizados na Praia do Forte, que funcionam como atrativos turísticos ecológicos para essa área.

Enfim, o crescimento dos empreendimentos turísticos e residenciais tem provocado mudanças na estrutura econômica e ocupacional no Litoral Norte do Estado da Bahia. A título de exemplo, nas imagens das Figuras 3 e 4 podem ser observadas e comparadas essas transformações espaciais.

Figura 3 – “Vila” da Praia do Forte, Mata de São João/BA – 1975

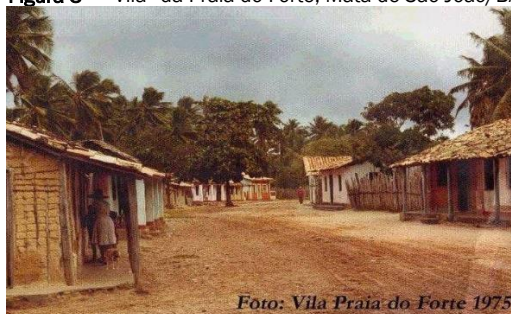


Foto: Vila Praia do Forte 1975

Fonte: Fotos antigas de Salvador (1975).

Figura 4 – “Vila” da Praia do Forte, Mata de São João/BA – 2017



Fonte: Turisforte ([2017]).

A Figura 2 (modelo de Lundgren, adaptado por Silva, Silva e Carvalho, 2009), anteriormente citada, não precisou ser atualizada porque não houve mudanças expressivas no Litoral Norte no período de 2010 a 2019, principalmente, por causa da instabilidade político-financeira do país. Isso será analisado na seção 5 deste artigo.

5 AS TRANSFORMAÇÕES POR MEIO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS EM MATA DE SÃO JOÃO: PROCESSOS, AGENTES E PRÁTICAS ESPACIAIS

A ocupação de Mata de São João por não nativos (descendentes de índios, com destaque para os Tupinambás, escravos e mestiços) começou a partir de 1549, quando o fidalgo português Garcia D’Ávila chegou à Bahia junto com a comitiva do primeiro governador-geral Tomé de Souza. Garcia D’Ávila construiu, em 1551, a fortaleza Casa da Torre (Castelo Garcia D’Ávila – primeira fortificação portuguesa militar e residencial do Brasil), na enseada de Tatuapara, hoje Praia do Forte (área urbana isolada – AUI). Estrategicamente instalada, a fortaleza teve grande importância na defesa do Estado (IBGE, [2019]; Turisforte, [2019]). As ruínas do Castelo são evidenciadas na Figura 5.

Um povoado foi criado próximo à fortaleza, estabelecido por famílias que foram atraídas pelo cultivo de coco. Uma colônia de pescadores também foi constituída no local. Em 1846, o povoado foi elevado à categoria de vila (IBGE, [2019]). Hoje, o município é dividido em três distritos – Mata de São João (sede), Amado Bahia e Açú da Torre (Figura 6) –, abrange uma área de 605,210 km² e sua população estimada era de 46.583 mil habitantes em 2019 (IBGE, [2019]).

Em relação às atividades turísticas em Mata de São João, após a construção da BA-099, diversos empreendimentos começaram a ser construídos. Estes iniciaram, sobretudo, por meio do empresário Klaus Peter, que comprou, na década de 1970, uma porção de terra onde hoje está a Praia do Forte, localizada bem próxima à vila de Açú da Torre.

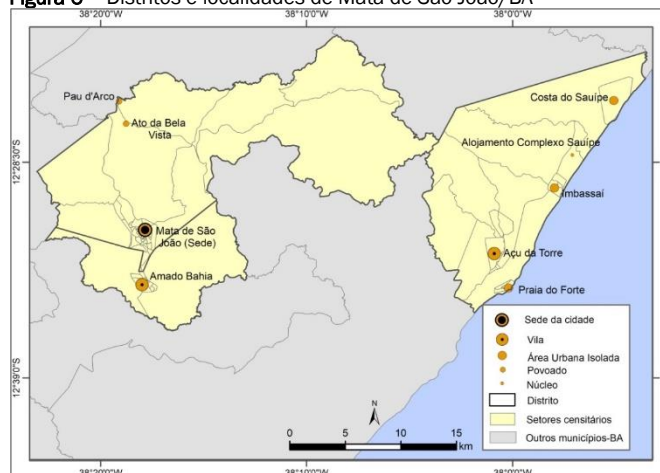
Figura 5 – Ruínas do Castelo Garcia D’Ávila



Fonte: Foto de Celso Comarela.

Em 1979, Praia do Forte começou a ser loteada e várias construções ligadas ao turismo foram erguidas. Estas eram regidas pelo Plano Diretor da Praia do Forte, conforme apontam os estudos de Faria (2013, p. 201). A autora ressalta o impedimento de construir nessa área, por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental (APA Litoral Norte). Machado (2008) também afirma que a imobiliária Barreto de Araújo loteou grandes áreas na região que foram adquiridas mediante compra de títulos de propriedade e/ou expulsão de grileiros e posseiros.

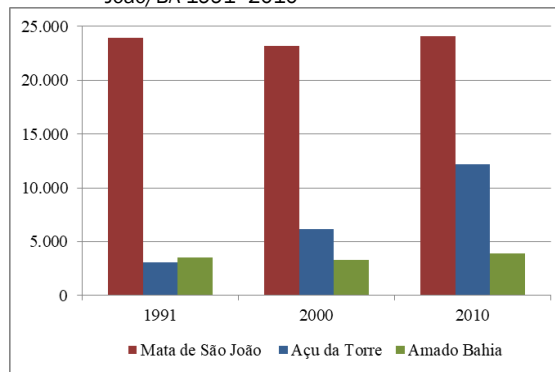
Figura 6 – Distritos e localidades de Mata de São João/BA



Fonte: Os autores, com base em dados do IBGE ([2010a]).

Em 1981, o primeiro grande empreendimento hoteleiro do município é implantado por Klaus Peters, o Resort Hotel, hoje denominado Tivoli Ecoresort Praia do Forte Bahia, uma construção de luxo que se localiza de frente para o mar. Com grande importância na região, o Ecoresort serviu de referência para outros investimentos desse tipo.

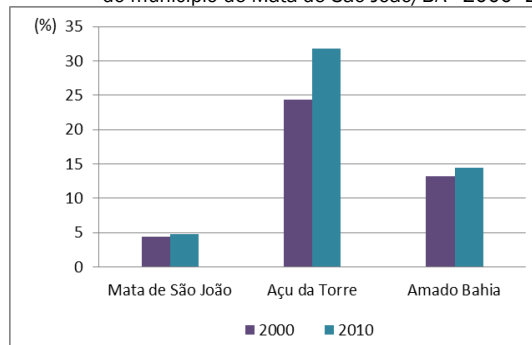
No distrito de Açu da Torre, onde se encontram os maiores empreendimentos turísticos e residenciais, o período em que a atividade turística teve maior intensidade, década de 1990, teve também grande crescimento populacional (Figura 7). Assim, entre os anos de 1991 a 2000, a população do distrito dobrou, passando de 3.040 para 6.142 habitantes, e no período de 2000 a 2010 sucedeu o mesmo processo, passando para 12.207 habitantes (IBGE, [2010c]). Isso ocorreu porque migrantes do próprio município e de outras áreas do Estado foram trabalhar nesses grandes empreendimentos turísticos. Em 2017, por exemplo, o número de pessoal empregado nas unidades de hospedagem em Mata de São João correspondia a 5.888 postos de trabalho. Atendiam 61.355 turistas do fluxo internacional e, aproximadamente, 229.000 da demanda doméstica. Ressalta-se que, em Mata de São João, 39% de sua população não são naturais do município (IBGE, 2010d).

Figura 7 – População por distritos do município de Mata de São João/BA 1991-2010

Fonte: Os autores, com base em dados do IBGE ([2010c]).

Além disso, o número de segundas residências (domicílios ocasionais) também cresceu nesses distritos. Em Açú da Torre, o aumento foi de 8% entre os anos 2000 e 2010 (Figura 8). No último ano citado, a porcentagem desses municípios abrange 32% do total (IBGE ([2010b])).

Outra ação que merece destaque na configuração espacial do recorte em estudo é o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE), instituído pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e apoiado com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Banco do Nordeste, seu executor financeiro. O PRODETUR/NE foi um grande fomentador do desenvolvimento do turismo no litoral de Mata de São João, criando ações visando à melhoria na infraestrutura e serviços públicos.

Figura 8 – Domicílios não ocupados de uso ocasional por distritos do município de Mata de São João/BA - 2000-2010

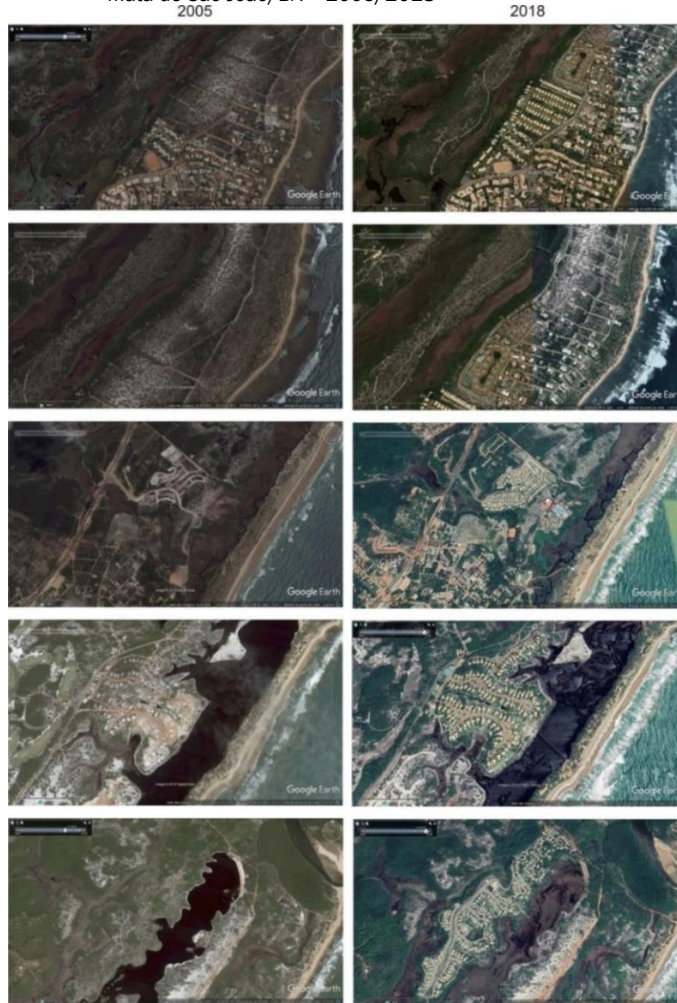
Fonte: Os autores, com base em dados do IBGE ([2010b]).

Segundo Queiroz (2016, p. 66), “a implantação deste programa foi decisiva para a atração de investidores estrangeiros e aumento do fluxo turístico. [...] Ao longo do litoral [...], a atividade turística foi alavancada por grandes transformações na infraestrutura [...], permitindo, assim, a implantação de grandes empreendimentos hoteleiros.” A primeira fase do projeto foi iniciada em 1994 e concluída em 2002. Desse período, a principal obra consistiu à ampliação da BA-099. No entanto, foi na segunda fase do programa, período de 2005 a 2019, que Mata de São João mais se beneficiou com os investimentos. Nessa etapa, a Bahia criou 11 polos turísticos com o objetivo de melhor distribuir os recursos, proporcionando um aumento significativo na infraestrutura local. O município faz parte do polo Costa dos Coqueiros.

Por conseguinte, nas imagens de satélite apresentadas na Figura 9 são observadas a dimensão do acelerado crescimento do uso e ocupação do solo de trechos na zona litoral matense, entre 2005 e 2018, bem como na Figura 10, que apresenta as grandes áreas ocupadas por *resorts* instalados no local. Entre esses enclaves, destaca-se o Complexo Sauípe, criado em 1997 pela Construtora Odebrecht, que foi um marco na atividade turística do país, por causa dos altos valores investidos, notoriedade da mídia, etc. e,

consequentemente, consolidou o Litoral Norte do Estado como um grande polo turístico de expressão nacional e internacional.

Figura 9 – Imagens de satélite evidenciando o crescimento de trechos do litoral de Mata de São João/BA – 2005/2018



Fonte: Google (2005; 2018).

Figura 10 – Imagens de satélite dos resorts em Açú da Torre, Mata de São João/BA – 2019



Fonte: Google (2019).

Por outro lado, na Figura 11, são evidenciadas outras grandes áreas ainda não ocupadas no litoral por estarem em Área de Proteção Ambiental (APA Litoral Norte do Estado), mas que já estão sendo demarcadas para futuras construções. A APA compreende, ao longo de 142 mil hectares, um ecossistema rico e ao mesmo tempo frágil que engloba remanescentes de Mata Atlântica, dunas, restingas, praias, recifes de corais, brejos, lagoas e manguezais em seis estuários (Bahia, [2020]).

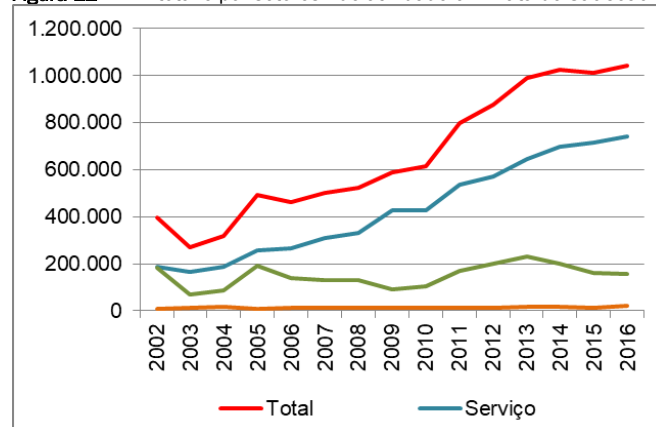
Figura 11 – Imagens de satélite de áreas não ocupadas em Açú da Torre, Mata de São João/BA – 2019



Fonte: Google (2019).

Como ênfase nessas análises, a Figura 12 apresenta o PIB total e por setores de atividades em Mata de São João, no período de 2002 a 2016. Analisando a figura, nota-se o crescimento do PIB total e de serviços em detrimento aos outros setores, reflexo dessas atividades turísticas no município.

Figura 12 – PIB total e por setores* de atividade em Mata de São João - 2002-2016



* Em mil reais.

Fonte: Os autores, com base em dados do IBGE ([2016]).

Em relação ao número desses empreendimentos, a Tabela 1, a seguir, apresenta o crescimento da instalação de hotéis, pousadas e resorts em Mata de São João ao longo dos anos², especialmente na última década do século passado.

Tabela 1 – Unidades de hospedagem em Mata de São João por períodos

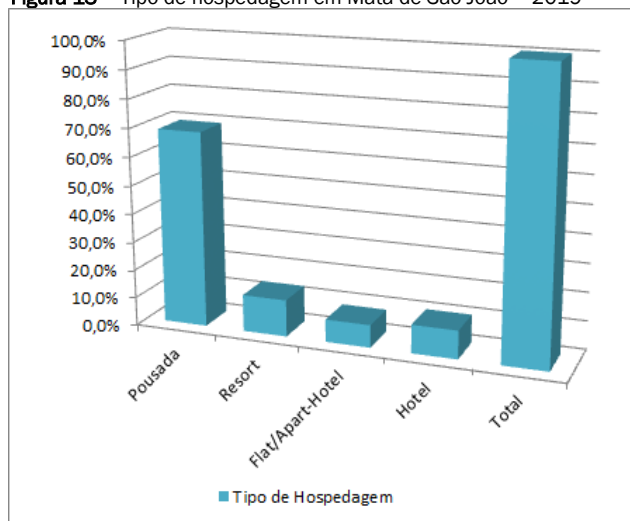
Ano	Unidades
1981 - 1989	3
1990 - 1999	23
2000 - 2009	21
2010 - 2018	11
Sem informações	22

Fonte: Os autores, com base em dados de Brasil (2019) e trabalho de campo.

² Os dados de 2019 são do primeiro trimestre do ano. Os dados foram extraídos do site do Ministério do Turismo e de pesquisa complementar realizada em observações direta *in loco*. Além disso, foi utilizada a ferramenta Google Earth Pro.

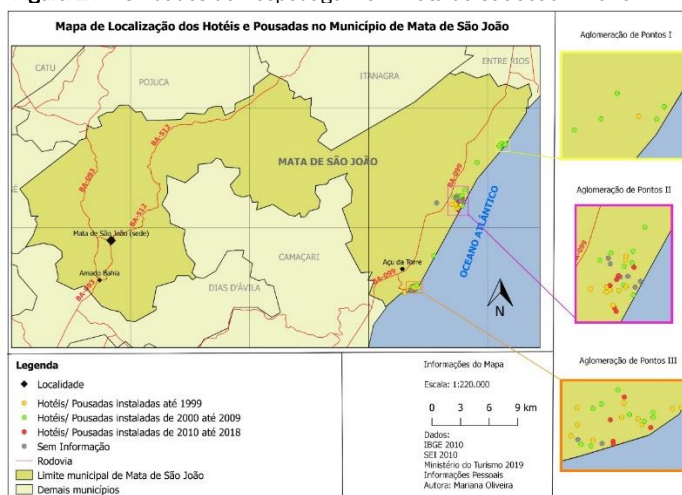
Já a Figura 13, abaixo, mostra em que classes de hospedagem está distribuída a rede hoteleira em Mata de São João. São 48 pousadas, 9 resorts, 7 flats/apart-hotéis e 6 hotéis, e a Figura 14 demonstra a distribuição espacial dessas unidades de hospedagem:

Figura 13 – Tipo de hospedagem em Mata de São João – 2019



Fonte: Os autores, com base em dados de Brasil (2019) e trabalho de campo.

Figura 14 – Unidades de Hospedagem em Mata de São João – 2019.1



Fonte: Os autores, com base em dados de Brasil (2019) e trabalho de campo.

Analisando as informações reveladas nas figuras e tabela, nos períodos considerados houve um boom na construção de unidades de hospedagem na faixa litorânea de Mata de São João, inclusive de grandes empreendimentos como os resorts. Grupos espanhóis (donos dos resorts Iberostar e do Gran Palladium), tailandeses (como os donos do resort Tivoli Ecoresort Praia do Forte Bahia), portugueses, estadunidenses, etc., mas também brasileiros (como o grupo Goiás, donos do Complexo Sauípe) são destaques na configuração espacial turística do litoral matense.

Cabe, aqui, voltarmos à Figura 2 (inserida na quarta seção), modelo de Lundgren adaptado por Silva, Silva e Carvalho, 2009. Como já mencionado antecipadamente, a figura não precisou ser atualizada porque não houve mudanças expressivas no Litoral Norte, período de 2010 a 2019, principalmente por causa da instabilidade político-financeira do Brasil. Hoje, a expansão urbana continua acelerada e segue o mesmo fluxo, em direção ao litoral de Sergipe. A especulação imobiliária é intensa, mas o ritmo de crescimento de construções de hotéis, pousadas e resorts diminuiu. Porém, há uma tendência de construção de outros enclaves fortificados, os condo-resorts (Figura 15), para atender o público da alta renda de Salvador e

estrangeiro. São casas de alto padrão de luxo e renda, que alinham infraestrutura residencial e hoteleira, experiência já consolidada em países europeus, como Portugal e Espanha.

Figura 15 – Imagem de satélite de um condo-resort em Açú da Torre, Mata de São João/BA – 2019



Fonte: Google (2019).

Contudo, no tocante à Ilha de Itaparica (localizada na RMS, faixa litorânea da Baía de Todos-os-Santos), a previsão é que sua configuração sócio-espacial sofra alterações ainda mais aceleradas, por causa da implantação do Sistema Viário Oeste/Ponte Salvador-Itaparica, que acabou de ser licitada em dezembro de 2019 e será construída pelas gigantes chinesas China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20), CCC South America Regional Company S.Á.R.L (CCCC SOUTH AMERICA) e China Communications Construction Company Limited (CCCCLTD). O projeto visa, além da construção da ponte sob a Baía de Todos-os-Santos, à construção de acessos viários em Salvador (4,6 km), nova rodovia expressa na ilha (21,4 km) e recuperação e ampliação de um trecho da rodovia BA-001. Estima-se que a construção da ponte seja finalizada em 2025. Ressalta-se que a ilha é composta por dois municípios, Itaparica e Vera Cruz, onde 35% e 48% dos seus domicílios, respectivamente, são de uso ocasional (IBGE, 2010b).

Na Figura 14, assim como no trabalho de campo, pode-se, ainda, perceber que o turismo em Mata de São João está exclusivamente localizado no litoral, no distrito de Açú da Torre, principalmente nas localidades Praia do Forte, Imbassaí e Sauípe. Não foram identificadas unidades de hospedagem no distrito Amado Bahia e na sede municipal, que é onde está a mais expressiva população.

É preciso, também, salientar que Mata de São João tornou-se um polo turístico do Nordeste do país e que expressa o poder dos agentes privados que atuam na valorização, especulação e mercantilização de sua natureza, bem como na turistificação do espaço, voltado a uma classe homogênea de consumidores de médio e alto poder aquisitivo nacional e internacional. Isso é observável nos altos valores das diárias, sobretudo dos *resorts*, que chegam a registrar preços de mais de R\$ 5.000,00 referentes a um quarto para casal na alta estação (Booking.com, 2020).

Portanto, nos processos de transformações espaciais no litoral de Mata de São João, destaca-se o Estado por ser um importante agente produtor do espaço, no que tange às instalações de infraestruturas e de políticas públicas. O Estado da Bahia estabelece acordos com bancos de desenvolvimento regional, edita e cria leis, isenta de impostos os empresários e se manifesta por intermédio de suas superintendências e secretarias. Desta forma, o Estado cria relações de interesses com os investidores e, conseqüentemente, possibilita a atração de novos capitais privados. Além dele, estão os próprios turistas, o mercado e as empresas do segmento turístico.

O mercado seria o responsável por gerir e coordenar a sazonalidade turística, bem como o uso dos lugares, ou seja, o grau de importância e investimento que se dá em Mata de São João em um determinado tempo – logo, isso influencia nos preços e na seleção de turistas que esse lugar pode receber.

Em relação às empresas, estas constroem hospedagens, instalam serviços como lojas, restaurantes, mercados, etc., e são as responsáveis também por interagir e exigir, do poder público, infraestruturas para

atender suas necessidades. É importante destacar que, no município de Mata de São João, o principal capital de investimento em hospedagens é o estrangeiro (Bahia, 2015).

Aqui, cabe, também, retomar e analisar como as práticas espaciais são importantes para compreender o processo de ocupação e organização do litoral da RMS, especificamente Mata de São João (explicado no segundo capítulo deste trabalho). Assim, a seletividade espacial é notória no litoral de Mata de São João. O município dispõe de atributos naturais que apresentam forte potencialidade para que sejam implementadas as atividades turísticas, bem como a infraestrutura necessária para estabelecer essa atividade (proximidade com a capital, aeroporto, rodovia, etc.). A fragmentação espacial e a segregação sócio-espacial também ficam bem evidentes no espaço matense. De um lado da rodovia BA-099, são encontrados os condomínios fechados e os *resorts*, enquanto que a população mais carente habita casas mais simples e distantes do núcleo turístico e dos equipamentos urbanos (Figura 16).

Figura 16 – Imagem de satélite de Praia do Forte, Mata de São João – 2019



Fonte: Google (2019); Booking.com ([2019]).

A questão da antecipação espacial é observada quando alguns grupos e empresários, antes mesmo da instalação da rodovia BA-099, compraram grandes porções de terra a valores muito baixos, com a perspectiva futura de arrecadação, como o caso da Odebrecht. E, por fim, a reprodução da região produtora guia o modo como as atividades turísticas se perpetuam em Mata de São João, ou quando os empreendimentos hoteleiros, sobretudo dos *resorts*, garantem, ao longo do tempo, suas condições de atuação. Isso acontece através de incentivos fiscais, políticas de desenvolvimento para o turismo e manutenção dos espaços públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, neste estudo, que o turismo é uma das principais atividades econômicas do município de Mata de São João e o grande impulsionador de consumo espacial e de transformações sócio-espaciais. Essas mudanças foram visivelmente percebidas por meio de imagens de satélite e confirmadas nos dados sobre empreendimentos hoteleiros e observação direta in loco.

Os empreendimentos turísticos em Açu da Torre (Praia do Forte, Imbassaí e Sauípe) — hotéis, resorts, pousadas, flats, residências de uso ocasional, etc. — têm seu período de instalação a partir do momento em que o Estado forneceu condições de acesso à região, ou seja, a construção da BA-099, principalmente em sua segunda etapa. Assim, o ano de instalação do primeiro resort e meio de hospedagem de maior porte que se tem conhecimento da região, ocorreu, justamente, no período pós-construção da rodovia, iniciando, com isso, um grande fluxo de investimento de capital, turistas e instalações de instrumentos turísticos, consequentemente produzindo um novo espaço no município.

Nesse sentido, ressaltam-se os agentes analisados no estudo: a esfera pública —federal, estadual e municipal; e os agentes privados — grandes proprietários de terras, como Klaus Peter e a Odebrecht, e o

capital construtor representado por grandes grupos nacionais, especialmente do setor internacional (Portugal e Espanha).

Finalmente, é relevante destacar que o turismo é seletivo, isso se justifica nos elevados valores de diárias, com destaque para os *resorts*, que são os grandes consumidores do espaço matense, o que resulta em um processo de produção e reprodução desigual do espaço. Além disso, apesar de não ter sido tratado na pesquisa, ressalta-se, ainda, que as mudanças que ocorreram na região nas últimas décadas, mediante o turismo, ocasionaram alta perda ambiental com o adensamento na Área de Proteção Ambiental, uma vez que grandes extensões de terras foram e estão sendo desmatadas para construção dos grandes complexos hoteleiros turísticos, bem como provocam profundas transformações na paisagem local e outros consequentes problemas urbanos e sociais: abastecimento de água, resíduos sólidos, segurança, poluição, violência, prostituição (crianças e adolescentes), desemprego, moradia, desigualdade, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- Alves, K. M. da S. (2009). O papel do residente na produção do espaço turístico em Natal/RN. *Revista de Cultura e Turismo*. Santa Catarina, 3(3), 1–18.
- Bahia. (2011). Observatório de Turismo da Bahia. *Mercados Emissores*. Salvador. Recuperado em 5 jun. 2019, de <http://observatorio.turismo.ba.gov.br/indicadores/mercados-emissores/>.
- Bahia. (2015). Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos – SUINVEST. *Listagem de Investimentos Privados Previstos*. Salvador. Recuperado em 2 jul. 2019, de <http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/investimentosprivadosprevistos04052015.pdf>.
- Bahia. ([2020]). Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. *APA Litoral Norte do Estado da Bahia*. Salvador. Recuperado em 5 jan. 2020, de <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-litoral-norte-do-estado-da-bahia/>.
- Barbosa, F. F. (2005). O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, 10(14), 107–114.
- Becker, B. K. (1995). *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Brasília: MMA/PNMA.
- Becker, B. K. (2001). Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 1(1), 1–7.
- Booking.com. (2019). *Imagem*. Tivoli Ecoresort Praia do Forte.
- Booking.com. (2020). *Acomodações*. Mata de São João.
- Brasil. (2019). Ministério do Turismo. *Prestadores de serviços turísticos/CADASTUR*. Brasília. Recuperado em 3 abr. 2019, de <http://dados.turismo.gov.br/cadastur>.
- Castells, M. (1983). *A questão urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Coriolano, L. N. M. T (2001). *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. 2. ed. São Paulo: Papirus.
- Coriolano, L. N. M. T., Barbosa, L. M. & Sampaio, C. F. (2010). Veraneio, turismo e especulação imobiliária no Porto das Dunas – litoral cearense. *Aportes y Transferencias*. Mar del Plata, Argentina, 14(1), 43–58.
- Corrêa, R. L. (2000). Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: Castro, I. E. de; Costa, P. C. da; Corrêa, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 15–47.
- Corrêa, R. L. (2011). Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, A. F. A.; Souza, M. L. de; Sposito, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 41–51.
- Cruz, R. (2002). *Política de turismo e território*. 3. ed. São Paulo: Contexto.
- Faria, G. A. (2013). *Natureza, apropriação e resistência: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João – Bahia*. 280 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador. Salvador.
- Fernandez, M G. i. (2003). Las viviendas de segunda residencia. ¿Ocio o negocio? *Scripta Nova*. Barcelona, 7(146), não paginado.

- Fonteles, J. O. (2004). *Turismo e impactos socioambientais*. São Paulo: Aleph.
- Fotos Antigas de Salvador. (1975). *A vila da Praia do Forte em 1975*. Salvador. Facebook: Fotos Antigas de Salvador. Recuperado em 2 jul. 2019, de <https://www.facebook.com/FotosAntigasDeSalvador/photos/pcb.714338578590620/714337821924029/?type=3&theater>.
- García, M. O. (2005). Hacia la construcción del objeto de estudio del turismo desde una perspectiva materialista crítica. *PASOS-Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 3(1), 41–61. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2005.03.002>
- Gastal, S. de A. & Dall'Agnol, S. (2012). Turismo em Laguna (SC): impactos e atitude. *Revista Brasileira de Pesquisa e Turismo – RBTUR*. São Paulo, 6(1), 16–31. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v6i1.481>
- Gomes, R. dos S. E. G., Pinto, H. E. dos R. S. da C. & Almeida, C. M. B. R. de. (2017). Second home tourism in the Algarve: the perception of public sector managers. *Revista Brasileira de Pesquisa e Turismo – RBTUR*. São Paulo, 11(2), 197–217. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i2.1246>
- Google. Google Earth Pro. ([2015]). [Localização de imagens]. [S.l.].
- Google. Google Earth Pro. ([2018]). [Localização de imagens]. [S.l.].
- Google. Google Earth Pro. ([2019]). [Localização de imagens]. [S.l.].
- Hall, C. M. & Page, S. J. (2014). *The geography of tourism and recreation: environment, place and space*. 4. ed. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203796092>
- Holloway, J. (1994). *The business of tourism*. 4. ed. England: Longon Group Limited, England.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ([2010a]). *Estrutura territorial. Distritos e localidades*. Rio de Janeiro. Recuperado em 20 abr. 2019, de <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ([2010b]). SIDRA. *Domicílios particulares de uso ocasional*. Rio de Janeiro. Recuperado em 2 abr. 2019, de <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1310>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ([2010c]) SIDRA. *População residente*. Rio de Janeiro. Recuperado em 2 abr. 2019, de <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010d). Sinopse do Censo Demográfico 2010. *População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010*. Rio de Janeiro. Recuperado em 20 abr. 2019, de <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). Contas Nacionais. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Rio de Janeiro. Recuperado em 10 maio 2019, <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). Cidades@. *Mata de São João*. Rio de Janeiro. Recuperado em 7 jan. 2020, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mata-de-sao-joao/panorama>.
- Larsson, L. (2019). Coping with second home tourism: responses and strategies of private and public service providers in western Sweden. *Current Issues in Tourism*, 22(16), 1958–1974. <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1411339>
- Lefebvre, H. (2008). *Espaço e política*. 2. reimp. Belo Horizonte: UFMG.
- Lopes, A. de O. B., Tinôco, D dos S & Araújo, R. M. de. (2012). Turismo como vetor de desenvolvimento local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer. *Turismo em Análise*, 23(1), 104–127. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i1p104-127>
- Machado, C. N. (2008). *Turismo, direito ambiental e conflitos na produção do espaço: o caso da Reserva Imbassai e seu entorno, na APA Litoral Norte da Bahia*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Magalhães, D. S. (2015). *Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia: os dois lados da rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”*. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Martínez, J. M. S. (2003). Las viviendas de segunda residencia em la sociedade del bienestar. El caso de um país turístico: España. *Cuadernos de Turismo*, 12, 53–75.

- Mattedi, M. R. M. (2001). Pesquisa e planejamento ambiental no Litoral Norte da Bahia. *Gestão & Planejamento*. Salvador, 3, 9–34.
- Mattedi, M. R. M. (2002). Espaço e sociedade na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, 5, p. 104–113.
- Moreira, R. (1985). *O que é geografia*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Muricy, I. T. (2010). Turismo e desenvolvimento no Litoral Norte da Bahia. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, Caxambú-MG. *Anais eletrônicos...* Recuperado em 03 jan. 2020, de <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qP55vq98ZgAJ:www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/download/2339/2293+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.
- Nicolás, D. H. (2001). Elementos para um análisis sociogeográfico del turismo. In: Rodrigues, A. A. B. (Org.). 3. ed. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucotec, Ed. da Universidade de São Paulo.
- Organização Mundial do Turismo (OMT). (2001). Recuperado em 4 abr. 2019, de <http://www2.unwto.Org/>.
- Queiroz, R. L. de. (2016). *As implicações dos investimentos do PRODETUR no processo de produção do espaço em Imbassá (Mata De São João-BA)*. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Rabahy, W. A. (2019). Análise e perspectivas do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa e Turismo - RBTUR*. São Paulo, 14(1), 1–13. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903>
- Ramos, D. M.; Costa, C. M. (2017). Turismo: tendências de evolução. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Amapá, 10(1), 21–33. <https://doi.org/10.18468/pracs.2017v10n1.p21-33>
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucotec, Ed. da Universidade de São Paulo.
- Santos, C. A. J. (2007). A produção e o consumo de espaços turísticos. In: IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, Espanha. *Anais eletrônicos...* Recuperado em 20 dez. 2019, de <http://www.ub.edu/geo-crit/9porto/crisalc.htm>.
- Santos, M. (2008). *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sharma, B. & Dyer, P. (2012). A longitudinal study of the residents' perceptions of tourism impacts using data from the sunshine coast Australia. *PASOS-Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10(2), 37-26. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2012.10.025>
- Silva, C. H. da. (2012). O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. *Geografia Ensino & Pesquisa*. Santa Maria, 16(2), 47–63. <https://doi.org/10.5902/223649947334>
- Silva, M. N. de F. (2013). *O imobiliário-turístico no nordeste brasileiro: o turismo residencial e a macrourbanização turística a partir da expansão e expressão dos resorts residenciais no litoral*. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Silva, S. B. de M. e., Silva, B. C. N. & Carvalho, S. S. de. (2009). Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. *Observatório de Inovação do Turismo*. Rio de Janeiro, 4(3), 1–15.
- Sivieiro, A. P. (2006). Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. *R.RA EGA*. Curitiba, 11, 51–59. <https://doi.org/10.5380/raega.v11i0.7747>
- Souza Júnior, X. S. de S. & Ito, C. A. (2005). Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. *Scripta Nova*. Barcelona, 9 (194), não paginado.
- Souza, S. do R., Bahl, M. & Kushano, E. S. (2013). O espaço do turismo: produção, apropriação e transformação do espaço social. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, 10(3), 313–331.
- Souza, P. G. de, Matias, E. M. & Selva, V. S. F. (2016). Do turismo residencial aos Complexos Turísticos Imobiliários: a apropriação da zona costeira do nordeste brasileiro pela atividade turística imobiliária. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, 19(3), 177–198. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC141673V1932016>

Souza, A. C., Noia, A. C. & Pinheiro, L. I. F. (2016). Evolução das Políticas Públicas de Turismo no Estado da Bahia. In: Seminário da ANPTUR. *Anais eletrônicos...* Recuperado em 22 dez. 2019, de <https://www.anp-tur.org.br/anais/anais/files/13/493.pdf>.

Turisforte. ([2017]). *Mata de São João*. Salvador. Recuperado em 05 maio 2019, de <http://praia-doforte.org.br>.

Turisforte. ([2019]). *Mata de São João*. Salvador. Recuperado em 05 maio 2019, de <http://praia-doforte.org.br/>.

Valença, M. R. (2015). A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá-PE. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. Recife, 4(1), 129-149.

Informações dos autores

Mariana de Oliveira Santana

Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) (2014-2019). Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social na mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO) e do Grupo de Estudos de Áreas Metropolitanas (GAM). Contribuições: concepção da pesquisa, revisão da literatura, coleta de dados, análise de dados, discussão dos resultados.

Email: mariana_oliveira018@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2973-7076>

Maina Pirajá Silva

Licenciada (2008), bacharel (2009), mestre (2012) e doutora (2017) em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-doutora pelo PPG em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (PPTDS/UCSAL) (2019). Atualmente é professora do PPTDS/UCSAL. Professora do Curso de Geografia/UCSAL. Coordena o grupo de pesquisa GAM - Grupo de estudos de Áreas Metropolitanas/UCSAL. Pesquisadora associada da Rede INCT/CNPq Observatório das Metrôpoles - Núcleo de Salvador. Pesquisadora do Grupo GEOPLAN - Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Territorial e Ambiental - UCSAL.

Contribuições: revisão da literatura, análise de dados, discussão dos resultados.

Email: mainapiraja@yahoo.com.br, maina.silva@ucsal.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1734-8631>

Dante Severo Giudice

Licenciado e bacharel em Geografia (2002) pela Universidade Federal da Bahia, graduado em Administração Hoteleira pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (1981), graduado em Geologia pela Universidade Federal da Bahia (1976). Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (1999). Doutor em Geografia pelo Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - NPGeo/UFS (2011). Atualmente é professor assistente da Universidade Católica do Salvador e Geólogo da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. Líder do GEPOGEO/UCSAL - Grupo de Estudo e Pesquisas em Geografia Política e Geopolítica. Líder do GeoAmbiental/UCSAL - Grupo de Geografia Ambiental. Pesquisador do GEOPLAN - Grupo de Geocologia e Planejamento Territorial - UFS e do GPTURIS - Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente - UNIFACS.

Contribuições: revisão da literatura, análise de dados, discussão dos resultados.

E-mail: dante.giudice@pro.ucsal.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1855-1543>